



# SENADO FEDERAL

## PROJETO DE LEI Nº 4338, DE 2019

Inclui os arts. 6º-A, 6º-B, 6º-C, 6º-D, 6º-E, 6º-F e 6º-G no Decreto-lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941 (Código de Processo Penal), para dispor sobre o interrogatório policial.

**AUTORIA:** Senador Rogério Carvalho (PT/SE)



[Página da matéria](#)



SENADO FEDERAL  
Gabinete do Senador Rogério Carvalho

## PROJETO DE LEI Nº , DE 2019

Inclui os arts. 6º-A, 6º-B, 6º-C, 6º-D, 6º-E, 6º-F e 6º-G no Decreto-lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941 (Código de Processo Penal), para dispor sobre o interrogatório policial.



SF/19687.27384-54

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

**Art. 1º** O Decreto-lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941 (Código de Processo Penal), passa a vigor acrescido dos seguintes arts. 6º-A, 6º-B, 6º-C, 6º-D, 6º-E, 6º-F e 6º-G:

“**Art. 6º-A.** O interrogatório do investigado constitui meio de defesa e de prova e será realizado, na presença de seu defensor, ao final das investigações, antes da elaboração do relatório final do inquérito policial e de eventual ato de indiciamento realizado pela autoridade policial.

§ 1º Se o interrogando não possuir advogado ou defensor constituído, será nomeado um defensor dativo, para o acompanhamento do interrogatório.

§ 2º Será possível a realização da oitiva do investigado, antes do final das investigações, na condição de declarante, devendo lhe ser assegurada essa condição pela autoridade policial.

§ 3º Será respeitada em sua plenitude a capacidade de compreensão e discernimento do interrogando, não se admitindo o emprego de métodos ou técnicas ilícitas e de quaisquer formas de coação, intimidação ou ameaça contra a liberdade de declarar, sendo irrelevante, nesse caso, o consentimento da pessoa interrogada.

§ 4º A autoridade responsável pelo interrogatório não poderá prometer vantagens sem expresse amparo legal, devendo expressamente informar o interrogado sobre os seus direitos fundamentais.

§ 5º O interrogatório não se prolongará por tempo excessivo, impondo-se o respeito à integridade física e mental do interrogando, devendo-se o tempo de duração do interrogatório ser expressamente consignado no termo.”

“**Art. 6º-B.** Antes do interrogatório, o imputado será informado:



SENADO FEDERAL  
Gabinete do Senador Rogério Carvalho

I – do inteiro teor dos fatos que lhe são imputados ou dos elementos informativos então existentes;

II – de que poderá se entrevistar, em local reservado e por tempo razoável, com o seu defensor;

III - do direito de permanecer em silêncio;

IV – de que o silêncio não importará confissão, nem poderá ser interpretado em prejuízo de sua defesa.”

“**Art. 6º-C.** O interrogatório será constituído de duas partes: a primeira, sobre a pessoa do interrogando; e a segunda, sobre os fatos.

§ 1º Na primeira parte, o interrogando será perguntado sobre o seu nome, naturalidade, estado civil, idade, filiação, residência, meios de vida ou profissão, lugar onde exerce a sua atividade, vida pregressa, notadamente se foi preso ou processado alguma vez, e, em caso afirmativo, qual o juízo do processo, se houve absolvição ou condenação, qual a pena imposta e se a cumpriu.

§ 2º Na segunda parte, será perguntado sobre os fatos que lhe são imputados ou que estejam sob investigação e todas as suas circunstâncias.

§ 3º Quando o interrogando quiser confessar a autoria da infração penal, a autoridade deverá indagar se o faz de livre e espontânea vontade, sob pena de invalidade da confissão.

§ 4º Ao final do interrogatório, a autoridade indagará se o interrogando tem algo mais a alegar em sua defesa.”

“**Art. 6º-D.** As informações prestadas serão reduzidas a termo, lidas e assinadas pelo interrogando e seu defensor, assim como pela autoridade responsável pelo ato.

*Parágrafo único.* O interrogatório será gravado mediante sistema audiovisual, devendo o interrogando ou seu defensor receber, imediatamente, cópia do material produzido.”

“**Art. 6º-E.** Deve ser assegurado ao interrogando, em qualquer fase da persecução penal, o direito de ser assistido gratuitamente por intérprete, caso não compreenda bem ou não fale a língua portuguesa.

§ 1º Se necessário, o intérprete também intermediará as conversas entre o interrogando e o seu defensor, ficando obrigado a guardar absoluto sigilo.

§ 2º Para a realização de interrogatório de pessoa estrangeira, a repartição consular competente deverá ser comunicada, com antecedência de pelo menos 24 (vinte) e quatro horas.”



SF/19687.27384-54



SENADO FEDERAL  
Gabinete do Senador Rogério Carvalho

“**Art. 6º-F.** No interrogatório do mudo, do surdo ou do surdo-mudo será assegurado o direito à assistência por pessoa habilitada a entendê-los ou que domine a língua Brasileira de Sinais (Libras).

*Parágrafo único.* Não sendo possível a realização da assistência prevista no *caput* deste artigo, o interrogatório será feito da seguinte forma:

I – ao surdo serão apresentadas por escrito as perguntas, que ele responderá oralmente;

II – ao mudo serão feitas oralmente as perguntas, que ele responderá por escrito;

III – ao surdo-mudo serão apresentadas por escrito as perguntas, que ele responderá do mesmo modo.”

“**Art. 6º-G.** No interrogatório do índio, o juiz, se necessário, solicitará a colaboração de antropólogo com conhecimento da cultura da comunidade a que pertence o interrogando ou de representante do órgão indigenista federal, para servir de intérprete e prestar esclarecimentos que possam melhor contextualizar e facilitar a compreensão das respostas.”

**Art. 2º** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

## JUSTIFICAÇÃO

Este projeto de lei trata de proposta sugerida pelo Instituto Brasileiro de Ciências Criminais (IBCCRIM).

O presente projeto de lei pretende disciplinar o procedimento do interrogatório durante o inquérito policial, antes da elaboração do relatório final e de eventual indiciamento pela autoridade policial, qualificando-o como meio de prova e de defesa do investigado.

A proposta inova na medida em que atualmente não há regras específicas para a realização do interrogatório em sede policial, sendo certo que em larga medida se tenta socorrer de paralelismos com o que existe no interrogatório judicial, o que, a nosso ver, é insuficiente.

Não se pode esquecer que a Constituição Federal prescreve que “aos litigantes, em processo judicial ou administrativo, e aos acusados em geral são assegurados o contraditório e ampla defesa, com os meios e recursos a ela inerentes” (art. 5º, LV – destacou-se).



SF/19687.27384-54



SENADO FEDERAL  
Gabinete do Senador Rogério Carvalho

Assim, antes da elaboração do relatório final pela autoridade policial e de eventual indiciamento, deve ser oportunizado ao investigado o exercício de sua defesa, para que apresente alegações sobre as provas produzidas na investigação policial.

Ademais, caso haja a necessidade da oitiva do investigado durante as investigações, deve ele ser ouvido como declarante, sendo garantida essa condição pela autoridade policial.

Dessa forma, além de trazer regras próprias para a realização do interrogatório policial, almejamos prever também maiores garantias ao investigado, preso ou solto, especialmente em relação ao tempo do interrogatório, à necessária presença de seu defensor em auxílio direto ao interrogando na tomada de decisões defensivas, bem à previsão específica sobre a proibição do oferecimento de vantagens por parte de autoridade policial, sem expresse amparo legal.

Essas são as razões pelas quais pedimos aos nobres e às nobres Pares o apoio a este Projeto de Lei do Senado.

Sala das Sessões, em

**Senador ROGÉRIO CARVALHO**

**PT/SE**



SF/19687.27384-54

# LEGISLAÇÃO CITADA

- Constituição de 1988 - CON-1988-10-05 - 1988/88  
<https://www.lexml.gov.br/urn/urn:lex:br:federal:constituicao:1988;1988>
- Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de Outubro de 1941 - Código de Processo Penal - 3689/41  
<https://www.lexml.gov.br/urn/urn:lex:br:federal:decreto.lei:1941;3689>